

O recrutamento de tropas na Argentina durante a Guerra do Paraguai - mobilizações iniciais¹

Aline Goldoni²

Ao contrário do que se imaginou na época, a Guerra do Paraguai foi o maior e mais longo confronto travado entre países da América Latina. A ideia de que o conflito não se estenderia por muito tempo foi compartilhada pelos governantes das nações envolvidas e por suas populações. O seu prolongamento, no entanto, mostrou que não se tratava de mais um enfrentamento entre os países que formavam a região da Bacia do Prata, mas de uma guerra ampla e de grandes proporções. O momento inicial do conflito foi marcado por um grande esforço por parte dos países envolvidos para a formação de um amplo contingente de soldados. Essa questão foi mais crítica no caso dos países aliados – em especial, Argentina e Brasil – que precisaram reunir tropas em caráter emergencial, depois de terem seus territórios invadidos pelo numeroso exército paraguaio.

Considerando a situação da Argentina, objeto de estudo deste trabalho, que teve seu território invadido pelo Paraguai – mesmo tendo mantido uma posição de neutralidade diante do conflito desencadeado entre esse país e o Brasil – o processo de reunião de tropas não transcorreu facilmente. Ao desferir um violento ataque aos navios de bandeira argentina, ancorados no porto da província de Corrientes, o exército de Francisco Solano López pegou os argentinos despreparados, o que proporcionou uma defesa débil e ineficaz, facilitando a invasão. Em 14 de abril de 1865, as tropas paraguaias adentraram o território argentino por Corrientes, abandonada pelas autoridades locais, inclusive o governador, que diante da impossibilidade de combater um inimigo em maior número e muito bem armado deixou a província, para tentar estruturar um plano de defesa a partir de uma região próxima.

A invasão paraguaia ao território argentino, no entanto, não pôde se encarada com total surpresa pelo governo de Buenos Aires, pois havia algum tempo que o presidente paraguaio vinha negociando a passagem de tropas pelo território do país vizinho. A partir da leitura de diversas correspondências trocadas entre o presidente Bartolomé Mitre e o governador da província de Entre Ríos – Justo José de Urquiza –, foi possível perceber que a irredutível posição de neutralidade mantida por Mitre não deixou outra saída ao Paraguai, se não a invasão e consequente declaração de guerra. Em carta enviada ao presidente em 8 de fevereiro de 1865, Urquiza o alerta sobre o perigo de invasão do território nacional:

“V. E. conoce mi opinión; quizá para evitar el peligro de una violación que pudiese ser necesaria y que traería peores consecuencias que el tránsito sujeto á condiciones pudiesen haberse acordado recíprocamente á ambos beligerantes, hubiese sido conveniente esto último.”³

A ocupação da província argentina pelo exército inimigo ocorreu sem maiores inconvenientes para os correntinos, havia uma forte identificação entre os habitantes locais e os paraguaios, ambos falavam o mesmo idioma – o guarani. A intenção de López não era fazer de Corrientes um território conquistado, mas um aliado na ação contra Buenos Aires. As tropas invasoras, inicialmente, não cometeram qualquer abuso contra os moradores da região, que seguiram com suas atividades cotidianas, num primeiro momento, sem maiores sobressaltos.

A primeira iniciativa tomada pelo presidente paraguaio foi a de enviar o ministro das Relações Exteriores – José Bergés – a Corrientes, a fim de estabelecer um governo provisório sob o seu comando: a *Junta Gubernativa de la Provincia de Corrientes*.⁴ Tal Junta foi formada por destacados cidadãos da sociedade correntina e declarou-se aliada ao Paraguai, julgando o presidente argentino traidor da pátria. A maioria da população de Corrientes, no entanto, permaneceu indiferente à invasão ou manifestou apoio ao governo de Buenos Aires, aqueles que apoiavam o

ataque paraguaio formaram uma pequena minoria, contrariando os planos que Solano López tinha para a província.

O presidente paraguaio acreditava que, em caso de confronto com Buenos Aires, as províncias de Entre Ríos e Corrientes ofereceriam apoio ao Paraguai. Ainda em dezembro de 1864, meses antes da invasão do território argentino, um agente paraguaio em Montevideu enviou correspondência a Bergés relatando a repercussão, naquela cidade e na Argentina, do cerco à Paissandu⁵ realizado pelas tropas brasileiras. A ação do Império, segundo o agente, gerou indignação entre os uruguaios e os argentinos:

En cuanto a Corrientes y Entre Ríos, se sabe que siegue pronunciandose favorablemente á este país [Paraguai].

En la última de esas provincias ha causado una grande y profunda sensación el hecho de Paysandú. Están indignadísimos.

Se cree que esas mismas ocurrencias harán precipitar más y más la acción de esas provincias en favor de este país [Paraguai].⁶

As forças paraguaias mantiveram-se estacionadas em Corrientes até o mês seguinte a invasão e não houve qualquer confronto, foram registrados apenas encontros entre patrulhas, que se observavam sem maiores enfrentamentos. Essa situação permitiu ao governador de Corrientes estabelecer-se em San Roque e, a partir dessa região, começasse a estruturar um plano de reação. Nessa localidade, foi reunido um contingente de soldados que permaneceu por alguns dias esperando material e armamento que seria remetido pelo governo federal.

Buenos Aires precisou agir rapidamente de forma a conter a ofensiva paraguaia. No entanto, o governo de Bartolomé Mitre enfrentou, já desde o início do confronto com o Paraguai, enormes dificuldades para reunião de homens. A notícia da invasão da província de Corrientes pelo Exército inimigo provocou “la entusiasta reaccion de la juventude porteña y de algunas ciudades del interior del país, pero produjo vigorosas

resistencias en el resto de la República [...]”.⁷ Em algumas províncias “algunos adversarios al gobierno consideraban preferible unirse a los paraguayos contra Mitre que combatir a su lado [...]”.⁸

Em maio de 1865, o governo declarou guerra ao Paraguai e ordenou às províncias que recrutassem contingentes para serem enviados ao teatro da guerra. O recrutamento encontrou forte resistência em diversas localidades. Em junho de 1865, na província de La Rioja, um grupo de gaúchos⁹ liderados por Aurelio Zalazar atacou o contingente destinado aos corpos do Exército e libertou os recrutas. Neste episódio, Zalazar formou uma *montonera*¹⁰ de aproximadamente 500 gaúchos que se rebelaram em nome do Partido Federal e destituíram o governo provincial. Acontecimentos como este se deram com frequência em diversas províncias argentinas durante a Guerra do Paraguai, o que obrigou o governo central, muitas vezes, a desviar o foco do inimigo externo e combater oponentes internos.

Assim como ocorreu no Brasil, no início do conflito, nutriu-se na Argentina a ideia de que se trataria de um confronto rápido. O ministro de relações exteriores Rufino de Elizalde acreditava que, graças à aliança firmada entre o Brasil e a Argentina, a guerra duraria de três a quatro meses¹¹. Juízo este compartilhado pelo próprio Mitre, que em carta de maio de 1865, enviada a Urquiza, afirmou a crença de que uma única batalha seria suficiente para retirar os paraguaios do território argentino.

“Según datos fidedignos, todo lo que ha invadido a Corrientes por el Paraná y por el Uruguay, no passa de 22.000 hombres, [...] y como poco más o menos nuestro ejército, compuesto de Argentinos, se compondrá de igual número, bastamos nosotros solo pa. pelearlos, teniendo grandes seguridades del triunfo.”¹²

As expectativas do presidente não se confirmaram, a guerra se prolongou e como esperado foi se tornando cada vez mais impopular. O governo de Mitre enfrentou, durante o conflito, enorme dificuldade para que cada província enviasse

sua cota de voluntários a compor o Exército. Os contingentes recrutados, em alguns casos, sublevavam-se durante a marcha gritando palavras de apoio aos paraguaios e dizendo que não queriam lutar unidos à Buenos Aires.¹³

Entre os portenhos, no entanto, uma grande quantidade de jovens buscou o alistamento nas fileiras do Exército, nos corpos de saúde ou nos batalhões da Guarda Nacional, também destacados para o conflito. Oficiais que atuaram na batalha de Pavón¹⁴, procuraram se reincorporar aos contingentes. Até mesmo funcionários da administração estatal, não obrigados a marchar, ingressaram. Entretanto, pequenos comerciantes e artesãos de Buenos Aires quando chamados aos corpos da Guarda Nacional não aderiram à causa. Muitos desses homens estiveram nas campanhas de Cepeda¹⁵ e Pavón e consideravam suficientemente cumprida sua obrigação de servir ao Exército.

Essa postura foi uma constante nas províncias do interior e do litoral, exceto em Santa Fe, onde os corpos da Guarda Nacional foram reunidos em sua totalidade para completar os batalhões de linha. Assim como aconteceu no Brasil, essa instituição foi de fundamental importância para suprir a falta de um Exército numeroso, mas também na Argentina não foi fácil mobilizar os guardas. Segundo Miguel Ángel de Marco,

“a medida que llegaban a ellas [as províncias] los primeros decretos presidenciales, comenzaban los sufrimientos de los gobernadores, quienes no sólo debían enfrentar la hostilidad de la mayoría de sus paisanos sino soportar las exigencias de los jefes nacionales, que querían remontar a toda costa sus efectivos de línea y a la vez deseaban ver constituidos con urgencia los respectivos batallones guardia nacional.”¹⁶

Além de não se identificarem com a causa da guerra, os indivíduos relutavam a seguir abandonando seus postos de trabalho, que sustentavam as suas famílias. As dificuldades não terminavam após a reunião dos batalhões; mesmo depois de já

integrados ao Exército em marcha os indivíduos desertavam. Essas deserções, em alguns casos, aconteceram em massa. Como no episódio do *desbande de Basualdo* em 3 julho de 1865, quando mais de 2.000 homens recrutados por Justo Jose de Urquiza, líder político da província de Entre Ríos desertaram em massa. Diante dessa situação o General Urquiza acabou optando por licenciar o que sobrou da tropa evitando uma desmoralização ainda maior. Em carta enviada a Mitre, Urquiza expõe as razões que o levaram a tal decisão: “[...] a tomar tan grave resolución, sin esperar sus órdenes, es porque no ha podido ser de outro modo, para no esterilizar en la desmoralización y el desorden elementos que deben volver á la defensa nacional [...]”.¹⁷ Para o coronel José María Ramiro a causa principal dessa deserção em massa era “o espírito antinacionalista que reina em la mayor parte del Pueblo, porque no quiren hacer causa común com los porteños”.¹⁸

O motivo da resistência argentina, ao contrário do que se viu no Brasil, estava ligado ao não reconhecimento da guerra como uma causa nacional. De acordo com Ramón J. Cercáno,

“en las provincias la guerra era impopular y odiosa. Cuando en la plaza pública leen los bandos de los gobernantes y los tambores resorren la ciudad convocando a la guardia nacional, los hombres huyen a la selva próxima. No los empuja el temor. Han nacido y vivido em las batallas. Resisten a Buenos Aires y al Imperio.”¹⁹

A população das províncias via o confronto contra o Paraguai como um evento estritamente ligado aos interesses portenhos, não como um interesse nacional. “El sentimiento nacional era aún superado por el de pertencia a la patria chica local.”²⁰ Neste sentido, a existência de um inimigo externo não foi funcional à disseminação de um sentimento de pertencimento subordinado ao projeto de consolidação da unidade nacional emulado pelas lideranças portenhas. Ao contrário do que se deu

no Brasil, no início da guerra, o grau de consolidação do Estado Argentino não permitiu uma maior interação entre as diversas províncias da República. E, além disso, promoveu um revés nos esforços anteriormente impetrados por Bartolomé Mitre para superar o ciclo de guerras civis (entre caudilhos regionais e o governo central), reiniciando esses confrontos que assolaram a Argentina até o fim da década de 1850. Para Cesar Augusto Gauzzelli, “a guerra prolongou as disputas internas e externas das ‘regiões-províncias’ trazendo mais dificuldade na formação dos Estados”.²¹

No entanto, por outro lado, a Guerra colocou o governo de Mitre em uma posição que anularia a possibilidade de liderança política por parte de qualquer outra província. Pela primeira vez, o país esteve envolvido em um conflito que ultrapassava as esferas locais e lançava todas as províncias, agora unidas sob a forma de uma única Nação, em uma ação internacional. Essa visão, todavia, não foi compartilhada pela população de todas as províncias, que em algumas regiões se mostrou bastante contrária à causa da Guerra, principalmente no que diz respeito à reunião e ao envio de contingentes para o Exército em operação. Devido à ausência de um Exército de caráter e dimensão nacionais, durante o conflito com o Paraguai o processo de recrutamento de tropas esbarrou na formação miliciana da população das províncias e, em muitos casos, essa característica constituiu-se em um entrave a ação do governo federal.

Durante todo o período que antecedeu a unificação política concluída a partir de Pavón, as milícias funcionaram como o braço armado das lideranças provinciais que protagonizaram a disputa pela formação de um Estado centralizado ou de uma confederação. Nesse sentido, a tarefa de arrastá-las para um conflito liderado por Buenos Aires, em nome da causa nacional e contra um inimigo tão próximo e de forte identificação com algumas províncias, como era o Paraguai, não seria concluída facilmente.

Com o desenrolar do conflito, muitas rebeliões, comandadas por chefes locais ligados a organização miliciana,

precisaram ser combatidas em diversos pontos do território nacional. Enquanto o conflito despertava a adesão patriótica da elite dirigente de Buenos Aires e de algumas províncias aliadas como Santa Fe e Entre Ríos, a situação nas províncias do litoral e do interior era bastante diferente. Em algumas localidades, a aversão à guerra com o Paraguai deu lugar a verdadeiras insurreições armadas que atrasaram a reunião de homens e recursos para o conflito e, mais do que isso, contribuíram para esgarçar o poder das lideranças políticas que vinham se consolidando até aquele momento.

Em correspondência enviada a Mitre, em 14 de janeiro de 1867, o general Rawson descreve a trágica situação de desordem social que o país vivia naquela ocasião, em diversas localidades foram organizadas *montoneras* que levavam a população a se sublevar contra o governo provincial:

“Acabamos de recibir la fatal noticia de que Campos há sido derrotado em San Juan por los revolucionários de Mendoza, que marcharon resueltamente em esa dirección, y que habrán tomado posesión de toda la provincia necesariamente.

Ya puede usted imaginar las consecuencias de este suceso. Dueños de las dos más ricas provincias de el interior, convulsionada La Rioja, Catamarca, sin medios nin voluntad de resistir al torrente de la revolucion; Tucumán dividido y pronto á caer em manos del partido interno federal, que espia la ocasión de apoderarse del Gobierno, y después y antes de todas la provincia de Córdoba, hostil solapadamente ahora y mañana ostensiblemente: tal es el cuadro de la Republica em este momento, y de tal maginitud son los peligros que amenazan la actualidad política, el Gobierno y la existencia de las instituciones.”²²

Como pôde ser percebido, a partir da leitura deste documento, em 1867 uma onda de rebeliões espalhou-se pelo território argentino, de San Juan à Mendoza, de Catarmaca à La

Rioja; partindo de Cuyo à Córdoba, alcançando o litoral e fomentando o memorável “desbande de Basualdo”, já mencionado anteriormente, protagonizado pelas tropas do General Urquiza. Lideranças locais, contrárias ao projeto político centralizador sustentado por Buenos Aires, viram no contexto gerado pela Guerra uma oportunidade para tentar mudar a ordem recém-constituída. Diante dessa conjuntura calamitosa, o governo viu-se obrigado a deslocar contingentes do Exército de linha, em operação contra o Paraguai, para conter a desordem. Essa ação militar interna, no entanto, pode ser classificada também como uma ação política, que tinha como objetivo forjar a superioridade da Nação em detrimento do regionalismo provincial, conquistando assim a subordinação de grupos ainda contrários à autoridade nacional e extinguindo qualquer possibilidade desses sobreporem-se a unidade política estabelecida.

Situações de emergência, como a Guerra do Paraguai, funcionam como momentos decisivos para o processo de construção dos Estados, principalmente, na expansão da sua capacidade extrativa e regulatória. A conjuntura de guerra põe em xeque, de maneira repentina, a capacidade de um Estado manter o controle da ordem social, provoca alterações nos limites previamente constituídos do uso legítimo da coerção e redefine o conjunto das demandas requeridas dos cidadãos. No entanto, o desdobramento dessas questões está ligado ao grau de comprometimento das elites com o Estado, pois tal comprometimento deve ser funcional a formulação de alternativas que acompanhem as exigências geradas por uma situação de emergência.²³

A Guerra do Paraguai concebeu um momento de crise para o processo de consolidação do Estado argentino, particularmente, com a mobilização de homens e recursos. A dependência da ação de lideranças dos caudilhos locais motivados por interesses particulares e a ausência de meios eficazes para a realização do recrutamento militar limitou a capacidade extrativa do Estado. Esta capacidade foi, constantemente, regida por completa improvisação e dificuldade

evidenciando o fracasso do governo central em estabelecer o controle sobre os meios de coerção.

Os problemas e a lentidão da campanha contribuíram para intensificar ainda mais as tensões entre o governo central e as províncias, expondo assim o baixo grau de comprometimento das elites locais com a causa do governo central. Segundo Vitor Izecksohn, em boa parte da América Latina a fraqueza estrutural dos Estados nacionais impediu que seus governantes tirassem vantagens dos poucos períodos de guerras internacionais para fortalecer seus vínculos com a sociedade e construir padrões mais autônomos de funcionamento em relação aos grupos dominantes.²⁴

O esforço de guerra alterou, momentaneamente, a dinâmica das relações instituídas entre os grupos locais e o governo central, uma vez que, o aumento exacerbado na demanda por soldados exigiu maiores sacrifícios das lideranças locais. O governo central da Argentina, em vários episódios, falhou em estabelecer uma maior interação com alguns setores de grupos dominantes, que exerciam um papel fundamental na articulação entre o centro e as localidades. O presidente Bartolomé Mitre precisou agir em diversas frentes para tentar contornar os problemas surgidos e obter a maior mobilização possível de soldados. No entanto, as investidas estatais, que foram aumentando ao longo do conflito, se mostraram insuficientes para atingir o campo das instâncias locais e, de uma maneira geral, os grupos populares se mantiveram avessos às demandas do governo federal.

A Guerra do Paraguai, no que concerne ao recrutamento de tropas, adquiriu diferentes contornos nos países envolvidos, uma vez que, os Estados encontravam-se em momentos distintos do seu processo de formação. O Brasil, por exemplo, no início da Guerra do Paraguai, já havia concluído um longo processo de centralização política, marcada por uma série de conflitos internos regionais, que resultara na consolidação da ordem monárquica a partir da década de 1840. A existência de um poder relativamente centralizado permitiu, ao menos no primeiro ano

do conflito, uma melhor reunião de recursos materiais e humanos. Ainda que em graus diferentes, as diversas províncias do Império se mobilizaram em prol da causa nacional; unidas contra a invasão do território por um inimigo externo.

O Estado argentino, por sua vez, ainda não lograra o mesmo grau de consolidação da ordem política brasileira. A oposição das províncias ao envolvimento no conflito – como parte de uma oposição maior ao crescente domínio de Buenos Aires sobre o resto do país – ocasionou reduções constantes nos contingentes das tropas. Durante a guerra, o país passou por uma série de conflitos internos relacionados às resistências provinciais à centralização do poder a partir da capital federal. Essas províncias eram muitas vezes lideradas por caudilhos, cujo poder político derivava da capacidade de proteger seus clientes e aliados. Essa situação deixava evidente a fragilidade da centralização política argentina naquele momento, pois embora a liderança portenha tenha se concretizado a partir de 1862, ainda haveria um longo caminho até que a elite dirigente de Buenos Aires consolidasse seu projeto centralizador hegemônico.

Notas de Referência

¹ Este trabalho é parte da pesquisa realizada para curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, que conta com apoio financeiro da FAPERJ, sob orientação do Prof. Dr. Vitor Izecksohn.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, alinegoldoni@gmail.com.

³ Archivo del General Mitre. *Documentos y Correspondencia. Guerra del Paraguay*. Tomo II. Biblioteca de la Nación. Buenos Aires, 1911, p. 99.

⁴ BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay (1865-1870) – Resumen Histórico*. Buenos Aires: Institución Mitre, 1973, p.120.

⁵ Cidade localizada as margens do Rio Uruguai, que foi sitiada em 2 de dezembro de 1864 pelo exército brasileiro em apoio à ação dos *Colorados* liderados por Venâncio Flores, durante a guerra civil do Uruguai. Por ocasião dessa ocupação, as tropas governistas lideradas pelos *Blancos* foram vencidas, abrindo caminho para a tomada do governo uruguaio pela oposição.

⁶ Archivo del General Mitre. *Documentos y Correspondencia. Guerra del Paraguay*. Tomo II. Biblioteca de la Nación. Buenos Aires, 1911, p. 127.

⁷ MARCO, Miguel Ángel de. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Booket, 2010, p.28.

⁸ Ibidem.

⁹ O termo “gaúcho” é empregado aqui com o sentido que lhe atribuiu Nicolas Shumway. Segundo ele, no seu sentido mais denotativo podemos entender por gaúcho o habitante humilde do campo, geralmente mestiço, cuja vida estava vinculada à terra. (SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina – História de uma Ideia*. São Paulo: UNB, 2008, p.106)

¹⁰ Estas constituíam-se em uma espécie de milícia de caráter militar organizada hierarquicamente, mobilizadas eventualmente por caudilhos para atuarem em rebeliões contra o governo central.

¹¹ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto. Correspondencia de Rufino Elizalde para José Antonio Saraiva. Guerra de la Triple Alianza, caixa I.

¹² Correspondencia Mitre-Urquiza (1860-1868). Buenos Aires: Fundação Banco de la Provincia de Buenos Aires, 1984, v. III, p. 39.

¹³ Anales del Instituto Popular de Conferencias, séptimo ciclo, año 1921. Buenos Aires, 1925, p.91. Discurso de Estanislao Zeballos, “El general Mitre, conferencia dedicada a la memoria del general Mitre”.

¹⁴ Batalha na qual o exército de Buenos Aires liderado por Bartolomé Mitre venceu as tropas da Confederação sob o comando de Justo José de Urquiza, colocando fim a Confederação e marcando o início da unificação definitiva do Estado argentino.

¹⁵ Nessa batalha enfrentaram-se os exércitos de Buenos Aires e do Estado federal, o primeiro foi derrotado e como consequência do conflito, Buenos Aires foi novamente integrada a Confederação.

¹⁶ MARCO, Miguel Ángel de. *Op. cit.*, p. 58.

¹⁷ Archivo del General Mitre. Documentos y Correspondencias. Presidencia de la Republica. Archivo 15. Tomo II, p. 225.

¹⁸ BOSCH, Beatriz. Urquiza y la Guerra de la Triple Alianza. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Buenos Aires, 1963. Vol. 34, p.834.

¹⁹ BEVERINA, Juan. *Op. cit.*, p. 7.

²⁰ Ibidem, p.16.

²¹ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Regiões Província na Guerra da Tríplíce Aliança. *Topoi*, v.10, nº 19, 2009, p. 85.

²² Archivo del General Mitre. *Documentos y Correspondencia. Guerra del Paraguay*. Tomo V. Biblioteca de la Nación. Buenos Aires, 1911, p. 32.

²³ MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, pp. 93-95.

²⁴ IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento Militar no Rio de Janeiro Durante a Guerra do Paraguai. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs). *Nova Historia Militar Brasileira*. Fundação Getúlio Vargas. Bom Texto: Rio de Janeiro, 2004.

